



A COERÇÃO EM TEMPOS DE TRABALHO PLATAFORMIZADO: BREVES CONSIDERAÇÕES A PARTIR DE ENTREVISTAS COM ENTREGADORES DE APLICATIVO EM UBERLÂNDIA¹

Guilherme Viana de Lira ²

RESUMO

Desde que o capitalismo industrial de base fordista manifestou sua crise e o modo de produção se vetorizou pelo capitalismo financeiro intermediado por tecnologias de informação, comunicação, automação e, agora, por inteligência artificial, a crise sistemática do capital toma novas expressões, ao passo que novas formas de subsunção ao trabalho surgem. O modelo de trabalho que emerge em meados dos anos 2010, mesmo que ainda pautado nas propostas neoliberais dos anos 1990, é a plataformização do trabalho, na qual um trabalho associado aos serviços é intermediado por plataformas digitais. Tal modelo chama atenção de pesquisadores do mundo que, considerando a perda progressiva de vínculo empregatício e direitos de trabalho, buscam reconhecer os novos níveis de exploração do trabalho e, assim, propor possibilidades de gerenciamento. No entanto, para compreender como esse fenômeno se enquadra no modo de acumulação atual, de forma total e circunscrito a lógica do sistema capitalista, à luz do método marxiano, torna-se necessário encontrar formas de reconhecer as estratégias de apropriação e a forma de reprodução de tais capitais individuais em relação dialética com as categorias capitalistas em contexto de “colapso” (KURZ, 1993). Dessa maneira, o objetivo deste breve artigo é discutir o recolhimento de material empírico de entregadores de plataforma na cidade de Uberlândia (Minas Gerais), como uma forma de reconhecimento do fenômeno e, portanto, uma entrada para iniciar reflexões sobre o fundamento do fenômeno em âmbito total conforme uma inerente manifestação de crise.

Palavras-chave: Geografia do trabalho, Economia de plataforma; Crise do valor.

RESUMEN

Desde que el capitalismo industrial de base fordista evidenció su crisis y el modo de producción se transformó en un capitalismo financiero mediado por tecnologías de información, comunicación, automatización e inteligencia artificial, la crisis sistémica del capital adquiere nuevas expresiones y emergen inéditas formas de subsunción del trabajo. El modelo laboral que surge a mediados de la década de 2010, aún sustentado en las propuestas neoliberales de los años 1990, es la plataformización del trabajo, donde actividades vinculadas a los servicios son intermediadas por plataformas digitales. Este modelo ha despertado el interés de investigadores que, frente a la degradación progresiva del vínculo laboral y de los derechos del trabajo, buscan identificar nuevos niveles de explotación y proponer posibilidades de gestión. No obstante, comprender cómo este fenómeno se inscribe en el modo actual de acumulación, dentro de la lógica capitalista y a la luz del método marxiano, exige reconocer las estrategias de apropiación y las formas de reproducción de los capitales individuales en relación dialéctica con las categorías del capital en un contexto de “colapso” (KURZ, 1993). Así, el objetivo de este artículo es discutir la recolección de material empírico con repartidores de plataformas en la ciudad de Uberlândia (Minas Gerais), como una vía para reconocer el fenómeno y, por ende, iniciar reflexiones sobre su fundamento como manifestación inherente de la crisis del capital.

¹ Este trabalho contém resultados parciais da dissertação de mestrado em elaboração do autor, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG).

² Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia (PPGGEO - UFU); Guilherme.lira@ufu.br.



Palabras clave: Geografía del Trabajo; Economía de plataforma; Crisis del valor.

ABSTRACT

Since the industrial capitalism of Fordist base revealed its crisis and the mode of production shifted toward financial capitalism, mediated by information and communication technologies, automation, and now artificial intelligence, the systemic crisis of capital has taken on new expressions, while new forms of labor subsumption have emerged. The labor model that arose in the mid-2010s, though still grounded in the neoliberal proposals of the 1990s, is the platformization of work, in which service-related activities are mediated by digital platforms. This model has attracted the attention of researchers who, facing the progressive loss of employment ties and labor rights, seek to identify new levels of labor exploitation and to propose possible management strategies. However, understanding how this phenomenon fits within the current mode of accumulation, fully inscribed in the logic of the capitalist system and analyzed through the Marxian method, requires recognizing strategies of appropriation and forms of reproduction of individual capitals in dialectical relation to the categories of capital under conditions of “collapse” (KURZ, 1993). Thus, the purpose of this brief article is to discuss the collection of empirical material from platform delivery workers in the city of Uberlândia (Minas Gerais), as a way to recognize the phenomenon and, therefore, to initiate reflections on its substance as an inherent expression of the crisis of capital.

Keywords: Geography of Work; Platform Economy; Crisis of Value.

INTRODUÇÃO

Desde que o capitalismo industrial de base fordista manifestou sua crise e o modo de produção se vetorizou pelo capitalismo financeiro intermediado por tecnologias de informação, comunicação, automação e, agora, por inteligência artificial, a crise sistemática do capital toma novas expressões, ao passo que novas formas de subsunção ao trabalho surgem. Nesse sentido, o momento particular do desenvolvimento das forças produtivas estabeleceu novas condições a reprodução dos capitais e, conseqüentemente, reestruturou uma série de relações na sociedade moderna. A banalização do uso de *smartphones*, por exemplo, acelerou uma digitalização já existente em computadores, de forma em que cada vez mais as ferramentas pudessem ser utilizadas de maneira simples, acessível e ‘na palma da mão’.

O surgimento dos *apps* apresentou uma nova possibilidade para o mercado de capitais, que puderam se apropriar de boas ideias, em geral, de jovens sonhadores, a partir da aplicação de altos montantes de dinheiro, tecnologia e conhecimento de mercado, encontrando uma nova forma de negociação de ativos. Para Pessanha (2020), foi dessa forma que puderam capitalizar e monopolizar a expansão e distribuição de tal ferramenta.

A expressão fenomênica dessa lógica se populariza como Economia de Plataforma, pela qual esse ramo mediado pelo “solucionismo tecnológico” (MOROZOV; BRIA, 2019) passa a ser imperativo na sociedade e, especialmente, no mercado financeiro. Entre diversos termos que buscam conceituar o fenômeno, tais como *Gig Economy*, *Crowdsourcing*, *Uberização*,



trabalho digital (ANTUNES; FILGUEIRAS, 2020); o conceito de Economia de Plataforma compreende de forma ampla uma economia vetorizada por tecnologias de informação e comunicação em formato digital (FERREIRA et al., 2023; WIRTZ, 2019), acessível por meio das plataformas digitais. Em contrapartida, conforme a tendência concentradora da acumulação ampliada exposta por Marx (2013), nesse contexto de plataformas digitais, boa parte dos capitais se engendraram em formas de agregar a substância do valor, o trabalho.

Desde os anos 1990 se desenha o modelo de trabalho temporário (HARVEY, 2005), onde os trabalhadores já em contexto de crise e sem emprego nos setores produtivos, perdem paulatinamente seus direitos como trabalhadores e se sujeitam as instabilidades do mercado de trabalho. Para Kurz (1993), isso se expressa por uma crise do trabalho determinada pelo limite interno atingido pelo capital na década de 1970, quando a revolução microeletrônica expulsou de forma determinante o trabalho vivo do processo produtivo e comprimiu a “superpopulação relativa” (MARX, 2013), desenhando assim novos paradigmas político econômicos e conduzindo o trabalhador a uma posição de sujeição ao trabalho nunca antes vista.

A partir dos anos 2010, o capitalismo financeiro consolidado e vetorizado pela tecnologia, associado aos desdobramentos da crise do trabalho, se expressam de uma nova forma com a plataformização do trabalho. Nesse sentido, passam-se a ser desenvolvidas plataformas digitais ‘facilitadoras do cotidiano urbano’, mas como verdadeiras intermediadoras de trabalho vivo barato. Para Antunes (2018), a plataformização do trabalho tem por característica a perda do vínculo empregatício com o trabalhador que se torna em “empreendedor de si mesmo”, mesmo que tenha apenas sua força de trabalho para negociar. Sob o contexto do trabalho plataformizado e a distribuição desigual de acesso à tecnologia, para Ferreira et al (2023, p.148), Economia de Plataforma é “nomeadamente as desigualdades digitais que estão a ser geradas em contexto de ciberespaço”.

No entanto, se por um lado as “desigualdades digitais” são aparências desse contexto, por outro a objetivação do duplo da mercadoria e da valorização do valor expressos no fetiche da mercadoria e na ontologização do trabalho, estão no âmago desse processo. Portanto, muito para além de uma vetorização tecnológica e financeira desse momento particular da acumulação – ou da tentativa de acumulação -, a base prioritária explorada neste breve artigo são as contradições internas do capital que são teoricamente desenvolvidas desde Marx (2013).

A partir das formulações de Marx (2013, 2017), para além de compreender uma sociedade movida pela luta de duas classes antagônicas, deve-se buscar formas de reconhecer o fenômeno sem partir do pressuposto da valorização do valor, distinguindo a reprodução de capitais individuais da totalidade, mas ainda considerando o interesse individual circunscrito



pelo movimento da lógica. Nesse sentido, deve-se compreender o papel do fenômeno na totalidade da circulação do capital e movido pela tentativa de não interromper a acumulação infundável.

O incomodo deste trabalho surge da observação de dois caminhos comuns nas pesquisas direcionadas pela plataformização do trabalho. Por um lado, a sociologia do trabalho que investiga o trabalho e o sujeito, a partir da interpretação do trabalho trans histórico e ontológico da sociedade e, dessa forma, compreende o aumento da exploração do trabalho, portanto, a expansão da mais valia e da concentração por meio de novos aparatos. Por outro lado, na geografia, principalmente os que entendem que o espaço geográfico é o objeto de análise do geógrafo, tenta-se compreender a difusão territorial e os impactos na organização do espaço. Assim se insere a proposta buscada na dissertação de mestrado do autor, a qual será parcialmente tratada neste artigo, a partir de um imbróglgio que se desenha entre o tema e o papel da geografia.³

A proposta do autor é que seja feita uma articulação dos níveis lógicos e escalas geográficas, entre sujeição, regulamentação e capital financeiro; urbano, territorial e global; terra, trabalho e capital. Aproveitando-nos da ideia de geograficidade que Lacoste (1988) nos sintetiza, será que através disso podemos encontrar um objeto geográfico que não seja a difusão territorial ou o modo de vida urbano, mas ao mesmo tempo que também seja os dois? Considerando isso, torna-se necessário refletir sobre a forma de mediação em um trabalho acadêmico, em que, isoladas, nem a captação empírica imediata de particularidades, nem uma perspectiva dedutiva, possibilitam formular uma compreensão sobre o fenômeno na relação sociedade e natureza.

Para isso, a partir das proposições trazidas na elaboração da dissertação de mestrado do autor, trataremos neste breve artigo de discutir resultados parciais. A proposta de metodologia empírica da dissertação continha cunho exploratório e visou a aplicação de entrevistas semiestruturadas para entregadores de aplicativo na cidade de Uberlândia (Minas Gerais)⁴. Compreende-se que a partir desse levantamento empírico é possível consolidar aspectos da sujeição com um olhar geográfico e possibilitar abstrações teóricas no fundamento da crítica categorial.

³ Imbróglgio existente desde a geografia tradicional com Ratzel, La Blache, Reclus e Ritter, e que não pretendemos resolver aqui.

⁴ Os procedimentos metodológicos e os aspectos éticos da pesquisa foram submetidos ao comitê de ética em pesquisa (CEP), da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e aprovado pelo CAAE: 86658925.0.0000.5152.



Dessa maneira, o objetivo deste trabalho é discutir o recolhimento de material empírico de entregadores de plataforma na cidade de Uberlândia como uma forma de reconhecimento do fenômeno e, portanto, uma entrada para iniciar reflexões sobre o fundamento do fenômeno em âmbito total conforme uma inerente manifestação de crise. Assim, tensionar os caminhos comuns do estado da arte do tema, propor uma forma de conduzir o recolhimento de material empírico para a elaboração da crítica categorial e apresentar resultados parciais que indiquem a articulação entre a sujeição ao trabalho e o cotidiano urbano.

O PROBLEMA CATEGORIAL

Neste texto partimos da compreensão de um duplo Marx (KURZ, 1998): um que compreende o fetiche da mercadoria como mobilizador da circulação de capital e sujeição ao trabalho; e outro teórico da modernização, que durante suas elaborações compreende o trabalho como ontológico do ser, não direcionando a problemática à própria abstração, ou seja, à valorização do valor, mas sim à expropriação do trabalho para a acumulação ampliada. Tanto se fala em fases das obras de Marx, (que até certo ponto, podem ser caracterizadas: o jovem Marx do *Manifesto Comunista* e o Marx maduro d'*O capital*), no entanto, mesmo dentro das obras, é presente a contradição entre o Marx do problema da distribuição das 'benesses' do valor, e outro crítico às contradições internas, consequentemente, ao trabalho abstrato. Por um lado, uma leitura exotérica e positiva, mais conhecida e movida pela luta de classes; por outro, uma leitura esotérica e negativa, pouco explorada e crítica a naturalização das categorias capitalistas (KURZ, 1998).

Dos autores do esclarecimento à leitura da falsa consciência, o entendimento de um duplo Marx entra em atrito e nos faz questionar se o problema é sobre em que mãos está o valor ou as próprias 'leis' que o constituem. Quando na "*A Ideologia alemã*" Marx e Engels (2019, p, 79), entendem que o comunismo se distingue de outros movimentos por "tratar conscientemente todos os pressupostos naturais como criação dos homens que existiram até aqui, de despojá-los de seu caráter natural...", a contradição entre o categorial e o gerencial já se apresenta, pois uma outra forma de 'intercurso' não se trataria da gerenciabilidade das categorias historicamente constituídas, mas sim de contestar o 'inconsciente' e as suas concepções ontológicas.

Não basta que as condições de trabalho apareçam num polo como capital e no outro como pessoas que não têm nada para vender, a não ser sua força de trabalho. Tampouco basta obrigá-las a se venderem voluntariamente. No evoluir da produção capitalista desenvolve-se uma classe de trabalhadores que, por educação, tradição e



hábito, reconhece as exigências desse modo de produção como leis naturais e evidentes por si mesmas. (MARX, 2013, p. 799)

Essa tratativa pode ser tensionada com o socialismo real associado ao colapso da União Soviética. O socialismo real se tratou da gerenciabilidade e distribuição da forma valor (embora diversas críticas possam ser direcionadas ao trato político da gerência), não despojando as concepções categoriais de tal forma. Segundo Kurz (1993), a sociabilidade marcada pela troca de mercadorias em contexto de valorização do valor, não só cria uma sociedade da mercadoria, como também uma sociedade da substância que a determina enquanto tal no processo de acumulação ampliada, o trabalho. O socialismo real, marcante do século XX, ainda que tenha buscado reverter uma possível subsunção do valor de uso pelo valor de troca, manteve "a subordinação do homem à máquina do trabalho" (KURZ, 1993, p. 22), porém agora sob o controle do Estado. Do fetichismo da mercadoria, passou-se ao fetiche do trabalho, pelo qual a concepção protestante do trabalho enquanto máquina de desenvolvimento do 'concreto' consolidou uma irracionalidade cega ao trabalho, comedido por um endeusamento do trabalho e uma subordinação ainda mais tautológica.

Nesse sentido, quando Harvey (2016)⁵ compreende que as trocas de mercadorias (durante as passagens do livro, essencialmente, pela representação dinheiro) esconde toda a lógica de relações constituídas pela massa de trabalho social, ele tem razão ao compreender que combater essa contradição isoladamente não é uma solução (mesmo que entre em contradição ao propor diversas 'soluções', através de lógicas gerenciais). Isso porque retirar do 'inconsciente', ou fazer aparecer a essência, o negativo, não é suficiente para modificar a relação estrutural de tal constituição⁶. Considerando isso, partir do duplo Marx, é condição para discutir o enfrentamento conceitual enquanto "práxis-teórica" (KURZ, 2007), retomando inclusive as enigmáticas 11 teses sobre Feuerbach em que Marx (2019) expõe na terceira: "...as circunstâncias são transformadas precisamente pelos seres humanos e que o educador tem ele próprio de ser educado".

Portanto, a existência de um duplo Marx é importante para caracterizarmos *trabalho*, mesmo que sob uma ótica marxista. Categoricamente, trabalho no intercuro moderno capitalista é condição da acumulação. Sob essa égide, trabalho concreto não pode ser dissociado de trabalho abstrato, e em contexto de valorização do valor, por mais tautológico que isso seja,

⁵ Em "*17 contradições e o fim do capitalismo*", Harvey (2016) interpreta as contradições centrais do capitalismo, argumentando que elas devem ser 'combatidas' indissociavelmente. Assim, propõe maneiras de combatê-las por contingências regulacionistas.

⁶ Veja as condições do enfrentamento à racialização da sociedade. Ainda que trazer à tona o negativo de tal constituição seja o primeiro passo, a consciência de determinada hierarquização não a modifica estruturalmente.



o primeiro está subordinado ao segundo. Se por um lado, Marx (2013, p. 141) afirma que o trabalho é “condição de existência do homem”; por outro, essa concepção positiva e protestante esconde a determinação histórica coercitiva do trabalho no intercuro capitalista.

Somente o moderno sistema produtor de mercadorias criou, com seu fim em si mesmo da transformação permanente de energia humana em dinheiro, uma esfera particular, "dissociada" de todas as outras relações e abstraída de qualquer conteúdo, a esfera do assim chamado trabalho – uma esfera da atividade dependente incondicional, desconectada e robótica, separada do restante do contexto social e obedecendo a uma abstrata racionalidade funcional de "economia empresarial", para além das necessidades. Nesta esfera separada da vida, o tempo deixa de ser tempo vivido e vivenciado; torna-se simples matéria-prima que precisa ser otimizada: "tempo é dinheiro". Cada segundo é calculado, cada ida ao banheiro torna-se um transtorno, cada conversa é um crime contra o fim autonomizado da produção. (GRUPO KRISIS, 1999, p. 22 – 23)

Além disso, Marx compreende “contradição” como algo inerente e indissociável do capitalismo, onde, por exemplo no livro *3 d'O capital* (2017), os desdobramentos da produção, como: capital comercial, capital acionário e, principalmente, o capital fictício; não são uma falha moral do humano e muito menos fraude, mas sim processos participantes e indissociáveis do capital. Ou seja, não é o capital financeiro que está conduzindo o trabalhador a ser mais explorado, é a própria dinâmica que se desdobra nesses aspectos⁷. A queda tendencial da taxa de lucro e o desenvolvimento das forças produtivas, indicam essa posição contraditória que mutualmente corrói a própria existência do capital, mas que sempre designa a crise ao elo mais fraco. No capítulo 23, Marx (2013) expõe a lei geral do capital, por onde a contradição fica evidente: a busca infundável pela acumulação ampliada conduz a substituição da substância de valor, o trabalho vivo, por trabalho morto na composição orgânica do capital, comprimindo a superpopulação relativa e reestruturando a própria coesão social. Para Alfredo (2025, p. 23) esse é o fundamento da crise, em que "o próprio desenvolvimento das forças produtivas é oriundo da inevitabilidade crítica e cega do capital".

Desse modo se consolida a sociedade do trabalho: ao mesmo tempo que para valorizar o valor, ou pelo menos para extrair lucro, os capitais individuais devem expropriar trabalho, para acessar as mercadorias, os trabalhadores devem se sujeitar ao trabalho. Trabalho, no capitalismo moderno, portanto, é essencialmente coercitivo, figurando como uma “violência econômica” (HEIDEMANN; TOLEDO; BOECHAT, 2014), especialmente diante de um cenário em que o desenvolvimento das forças produtivas cada vez mais expulsa trabalho vivo do processo produtivo, e assim, cada vez mais o trabalhador precisa se sujeitar a novos aparatos de violência velada. Ademais, o Estado, enquanto responsável por “criar as condições gerais de

⁷ Também em contraposição a David Ricardo sobre a concepção dualista entre capital produtivo e improdutivo, o primeiro que desenvolve e o segundo que suga as benesses da produção.



produção que não podem ser asseguradas pelas atividades privadas” (MANDEL, 1982, p. 333), não é externo ao processo de acumulação capitalista e, ainda menos, saída regulacional que freia a acumulação.

Portanto, torna-se necessário balizar a crítica as categorias para não esbarrar no antagonismo simplista de classes. A fórmula trinitária (MARX, 2017), indicava já no século XIX que capital, trabalho e terra, indissociáveis, marcavam as representações do capital por sujeitos reificados, em maior complexidade do que um que trabalha e outro que expropria trabalho⁸. Sujeitos reificados porque estão subordinados pelos próprios ‘objetos’ que produzem e objetivam, “o que faz de seus objetivos meros suportes do automovimento do dinheiro” (HEIDEMANN; TOLEDO; BOECHAT, 2014, p. 56). A forma de sociabilidade fetichizada pela mercadoria, torna-se assim em uma sociabilidade de relações sociais fetichistas. Para Menegat (2019, p. 35) essa sociabilidade fetichista pode ser entendida como uma “forma de cooperação social objetivamente abstraída”, portanto, que se traduz em uma coação socialmente necessária determinada pela apreensão inconsciente de tal forma de cooperação. “Tal coação, que se assemelha em tudo às leis da natureza, produz um curioso estado de naturalização das relações sociais” (MENEGAT, 2019, p. 35).

Se consideramos que o desenvolvimento das forças produtivas expulsa o trabalhador do processo produtivo, pois então esse trabalhador é realocado enquanto representação do capital (sujeito reificado) na superpopulação relativa. O que se observa no fenômeno do trabalho plataformizado é a grande realocação de trabalhadores que agora têm o próprio meio de trabalho e que não contam com um assalariamento clássico que, no mínimo, garanta sua reprodução social. Movidos pela realocação, pela ‘liberdade’ ou pela ‘oportunidade’, tais trabalhadores se endividam para encontram um espaço enquanto representação do capital, adquirem um meio para o trabalho e agora são ‘empreendedores’, que se submetem a jornadas de trabalho de 12, 14, 16 ou 18 horas, pois se voltarem para casa sem a *meta* não conseguem garantir sua própria reprodução.

Portanto, o que se apresenta no contexto do trabalho plataformizado, para além de uma distribuição desigual de meios, vetorizada pela centralidade tecnológica, é um problema categorial de aprofundamento da coerção ao trabalho diante da crise e arraigamento da reificação do sujeito a uma ontologia de trabalho naturalizada e tautológica. Se víamos a classificação de um homem trabalhador como honesto e prestativo a sociedade, hoje vemos a

⁸ Essa complexidade é indicada na tese de Giavarotti (2017), quando o autor identifica uma heterogeneidade complexa da lógica terra, capital e trabalho, impulsionada pela crise do trabalho, no interior da periferia da cidade de São Paulo, a partir da mobilidade do trabalho.



ampliação do sujeito que projeta sua identificação como pessoa na sociedade através de seu exercício de trabalho. No entanto, o que vêm sendo reestruturado é que com a alta mobilidade do trabalho determinada pela expulsão do trabalho vivo, o sujeito não pode mais ser ‘metalúrgico’ ou ‘empreendedor’ a vida toda. Agora, o sujeito é metalúrgico até ser mandado embora e ter que se realocar no mercado de trabalho, ou é empreendedor até não conseguir mais se reproduzir enquanto tal no mar de tubarões. Será que é racional se autoidentificar como algo a ser expropriado para dar lucro a outro (ainda que seja um empreendedor centralizado pelo capital)? E quando esse sujeito é redirecionado ao exército de reserva, já que ele não representa mais uma posição de valorização, agora ele é um não-sujeito? Nesse cenário, o Marx do fetiche da mercadoria, agrega mais elementos para compreendermos a contemporaneidade, desde a sujeição naturalizada ao trabalho, à possibilidade de reprodução fictícia do dinheiro.

O IMBRÓGLIO METODOLÓGICO

Conduzimos a pesquisa por condições de método particulares, orientando a pesquisa pela hipótese como eixo central da interpretação do fenômeno a partir da prática do sujeito entremeado no trabalho plataformizado. Portanto, partimos da compreensão de que “a vampirização de uma classe informal, para além de exploração imediata de trabalho, também revela uma crise sistemática e espacial do capital relegada ao trabalhador, expressa na realidade fetichizada do trabalho e no espaço urbano como mercadoria”⁹. Assim, a prática do sujeito entremeado constituiu a mediação para interpretar a crise sob nova roupagem e, desse modo, articular a crítica às categorias e a materialização desse imperativo pelo trabalhador em condição precarizada. Entende-se que uma pesquisa que direcione sua crítica às categorias da economia política capitalista nada se tem de puro economicismo, pois justamente são essas que definem toda a relação sociedade e natureza. Dessa forma, é a crítica categorial a própria crítica às construções sociais do espaço abstrato e o negativo da constituição do espaço concreto e seus objetos.

O campo empírico da pesquisa localizou-se na cidade de Uberlândia (Minas Gerais), tendo como objeto a operacionalidade da relação de trabalho plataformizada, especialmente mediada por uma empresa-aplicativo de entrega de comida que se destaca no município. Foram empregados dois instrumentos principais: observação assistemática (LAKATOS; MARCONI, 2003) e entrevistas semiestruturadas (TRIVIÑOS, 1987). A observação, de caráter exploratório

⁹ Hipótese do projeto de pesquisa da dissertação do autor.



e sem controle direto do pesquisador, buscou apreender as contradições e os elementos fetichizados nas práticas cotidianas dos trabalhadores. As entrevistas, por sua vez, seguiram o formato semiestruturado, que, conforme destaca Triviños (1987), permite ao informante elaborar suas percepções e, assim, ampliar a densidade interpretativa da pesquisa.

Como o objetivo foi compreender o fenômeno através das relações, entrevendo os conflitos e as contradições, para além de quantificar o aparente, a entrevista semiestruturada, como uma forma de analisar a prática e operacionalização desses trabalhadores, também se apresenta como uma forma de evidenciar o fetichismo¹⁰ no espaço urbano. Portanto, a sistematização do material coletado, não teve o objetivo de descrever o fenômeno e nem de analisar as crenças e os signos, mas sim investigar o fenômeno a partir do discurso do sujeito, ideologicamente e laboralmente, já subsumido à lógica fetichista do capitalismo.

As entrevistas foram transcritas e sistematizadas a partir das dimensões investigadas e dos objetivos de cada sessão, buscando traçar as relações contraditórias que surgem das narrativas dos entregadores e as intersecções entre a atividade da empresa-aplicativo e a relação sociedade e natureza, determinada pelas estruturas inconscientes capitalistas no contexto urbano. A análise não teve a intenção de formular uma generalização estatística, no entanto, de forma inerente, houve uma categorização de ideias reincidentes que proporcionaram embasamento para a reflexão.

Os relatos sistematizados serviram como a base empírica para a reflexão e a abstração, ou seja, a base para uma crítica fundamentada na realidade. Bem como, Marx (2013) utiliza de relatos de trabalhadores e de proprietários dos meios de produção, para revelar como a exploração da extenuante jornada de trabalho francesa do século XIX, se realiza em mais valor na relação global do capitalismo, buscando formular uma compressão sobre o capital global. O Questionário de 1880, elaborado por Marx e direcionado à classe operária francesa — conforme analisa Prates (2012) — exemplifica o caráter teleológico das investigações voltadas à transformação social.

Se pensamos em fazer uma crítica categorial e não uma crítica a distribuição da qualidade do valor, pois então essa mediação atravessa toda a metodologia. Não é suficiente fazer uma revisão bibliográfica dos termos associados ao trabalho intermediado por

¹⁰ Kurz (1993, p. 236) em “*O Colapso da Modernização*”: “Marx não quer ressaltar o fato de que a objetos em geral podem ser atribuídas forças sobrenaturais que nada tem a ver com sua existência natural, mas sim caracterizar um estado social em que a sociedade não tem consciência de si mesma, não penetra nem organiza diretamente na prática sua própria forma de socialização, mas sim tem que “representá-la” simbolicamente em um objeto externo. Esse objeto (que também pode ser animado) assume então um significado sobrenatural que não é idêntico a sua forma externa, mas que aparece através desta”.



plataformas, como também não é suficiente investigar o quanto tais trabalhadores são explorados ou ‘onde’ são explorados. A priori, sem considerar a crítica categorial, se tratando de um texto geográfico, verificar o quanto esses trabalhadores são explorados já não seria suficiente.

Nesse sentido, se por um lado existe a necessidade de compreender de que forma a mediação desse novo modelo de trabalho indica as determinações contemporâneas do capital sobre a relação sociedade e natureza; por outro trata-se de apreender a relação dialética entre esse modelo operacional, o território brasileiro e o espaço urbano, como condição, meio e produto (CARLOS, 2017), a partir das relações fetichistas do capital.

O urbano é justamente a manifestação material e social do avanço significativo do desenvolvimento das forças produtivas (CARLOS, 2017) e da intensificação da divisão do trabalho. Não apenas o capital associado aos aplicativos é constitutivo de uma “nova morfologia do trabalho” (ANTUNES, 2018), mas também se estrutura e se reestrutura dialeticamente com os centros urbanos. Expressões fenomênicas como os acidentes de trânsito decorrentes de entregas em atraso; a morfologia paisagística dos carros e motos com telefones móveis ‘pendurados’, tocando os sons característicos de uma nova possibilidade de rendimento; as microestruturas planejadas por Estados e agentes privados para viabilizar a atividade; o suposto aumento do consumo e do endividamento; até a interdição de vias principais por reivindicações em defesa de melhores condições laborais; configuram, assim, as manifestações do conflito que se mantém no urbano “entre o capital financeiro, abstração suprema, e a ação em nome do proletariado” (LEFEBVRE, 2006, p. 419).

Nesse ínterim, a metodologia tinha como interesse capturar o exercício de tal trabalho considerando a exposição de Menegat (2019, p. 17), quando elabora que “O concreto é o resultado da imposição da forma valor em sua necessidade e materialização, e não a produção de um valor de uso sequestrado pelo capital ou desviado da realização de uma essência humana”. Ainda que imediatamente devamos buscar formas de amenizar as condições esdruxulas de trabalho, esse é um dever periférico de uma elaboração teórica que verdadeiramente busque uma revolução teórica completa.

No entanto, o que se apresenta é uma dificuldade de elaborar um instrumento que possa captar do trabalhador a exploração e a sujeição ao trabalho, de forma em que ao mesmo tempo se discuta possibilidades gerenciais de melhoria, mas que não se limite a isso. Dessa forma, da elaboração do material de coleta à interpretação do material coletado, é necessário que se considere a abstração do valor que media enquanto imperativo a condição de trabalho e o



cotidiano do trabalhador, de um sujeito já subsumido aos aparatos e as determinações, mas no limiar da possibilidade de autorreprodução.

ENTRE O EMPÍRICO E O CATEGORIAL

O que nos concerne aos resultados parciais da pesquisa é partir dos discursos dos entregadores para a crítica às determinações da economia política, da naturalização das construções social e da ontologização de um trabalho protestante; que não podem mais pressupor valorização do valor¹¹, mas que enquanto conceito naturalizado impera na sociedade pelos grilhões da abstração. O que ainda podemos pressupor é que estamos agrilhoados ao trabalho abstrato, pois mesmo que o equivalente geral possa se autonomizar do processo produtivo nos desdobramentos do fetiche do dinheiro e do capital, o preço do arroz que satisfaz necessidades básicas, ainda estará de alguma forma acoplado pela fricção das unidades produtivas e relativo aos valores das mercadorias. A tautologia não se perde, se aprofunda, ainda que não tenha mais processos lógicos materiais que a sustente.

O agrilhoamento à objetivação de tal forma de ‘dignificação da sociedade’ por meio do trabalho é indicado pelos padrões de sujeição ao trabalho. No caso dos entregadores, através dos resultados parciais das entrevistas, é comum o desejo de desvinculação às leis trabalhistas, ao mesmo tempo em que, de forma inconsciente, é aceito o enlace à *meta*. Claro que nesse sentido deve ser considerado a possibilidade de não acesso aos trabalhos assegurados pela CLT, ou mesmo apenas o acesso a trabalhos com vínculo que sequer suprem as necessidades básicas. No entanto, a suposta *liberdade* é um tema tão comentando, quanto a *meta*. O fato que deveria ser naturalizado é que ‘trabalho’ e ‘liberdade’, não são temas convergentes, especialmente enquanto a abstração do tempo determina a necessidade do indivíduo de estar adequado a essa forma de sociabilidade, retomando a necessidade de liberdade do indivíduo de posse às terras, ou seja, a expulsão do trabalhador da terra pelos aparatos de propriedade privada. Desse modo, o automovimento do fetiche do capital, determina a inversão da *liberdade* pela **coação**, transformando-a em responsabilidade individual. Responsabilidade essa de garantir a própria reprodução, a própria existência, em um aprofundamento da abstração pelo ‘inconsciente’ internalizado e, assim, naturalizado, ou seja, da irracionalidade da razão do capital.

¹¹ A valorização em termos de capital total não pode mais ser um pressuposto na contemporaneidade, por conta da gama significativa de trabalhos improdutivos que ganham força. Embora eles produzam lucro em forma de negociação de dinheiro e de “transformação” de dinheiro em mais dinheiro, discute-se a possibilidade de existência de trabalho vivo que suporte a enorme negociação de trabalho futuro nesse contexto de financeirização.



Essa relação também é presente em questões relativas as estruturas de apoio, as quais são pautas definitivamente secundárias para um número significativo de trabalhadores. Em geral, os entregadores de Uberlândia compreendem de forma positiva estruturas que apoiem seu trabalho, porém quando questionados sobre a pauta mais importante, boa parte responde sobre a remuneração. Isso, pois mesmo quando se enquadram em uma posição de pensar sua própria condição de trabalho, durante as entrevistas, ou seja, quando a inconsciência da realização da atividade se confronta com a reflexão¹², a imposição de sua autorresponsabilidade de reprodução ainda predomina. Frequentemente nos aproximamos de respostas como: “*se a gente for fazer lógica* (fazer as contas dos rendimentos e gastos) *assim, a gente até desanima*”, porque na posição de “empreendedor de si mesmo” (ANTUNES, 2018), a sua reprodução social também é constituinte de sua possibilidade de estar inserido no processo de trabalho.

Nesse ínterim, já na década de 1970, Oliveira (2011)¹³ identifica o direcionamento de capital para esfera financeira em detrimento do setor produtivo. No entanto, Oliveira (2011) não considera que esse é um deslocamento imanente do automovimento do capital (inclusive, uma determinação do próprio setor produtivo) que expulsa cegamente trabalho vivo e reduz progressivamente as taxas de retorno, “fazendo que o capital instintivamente procure caminhos de valorização mais fáceis, mesmo que fictícios” (MENEGAT, 2019, p. 89). Essa determinada compressão da superpopulação relativa que torna os postos de trabalho cada vez mais escassos, conduz a concorrência entre trabalhadores, em que a “as formas de solidariedade de classe sucumbem ante a personificação reificada da função que a classe exerce” (MENEGAT, 2019, p. 89). Ainda que os entregadores com constância exponham que compreendem ser um setor atualmente inflado, a concorrência com os outros entregadores e com ele mesmo, aprofunda a responsabilidade individual de estar sempre disponível, o mais rápido possível.

O grito paranoico por “emprego” justifica até mesmo acelerar a destruição dos fundamentos naturais, já há muito tempo reconhecida. Os últimos impedimentos para a comercialização generalizada de todas as relações sociais podem ser eliminados sem crítica, quando é colocada em perspectiva a criação de alguns poucos e miseráveis

¹² Em um movimento caro a dinâmica do esclarecimento, parte fundamental da tomada de uma consciência de classe.

¹³ Buscando se distanciar da razão dualista e encontrando outros percalços dualistas entre o produtivo e o improdutivo, Oliveira (2011, p. 102) explicita: “Um complicado sistema foi montado, com a progressiva assunção ao primeiro plano dos bancos de investimento, que são a estruturação da expansão das empresas monopolísticas. Sem embargo, o mercado financeiro transformou-se ele mesmo em ativo competidor dos fundos para a acumulação: a aplicação meramente financeira começou a produzir taxas de lucro muito mais altas que a aplicação produtiva e, de certo modo, a competir com esta na alocação dos recursos. Assiste-se, então, ao dilema em que hoje está a economia: para fazer com que as aplicações no mercado de capitais não sejam um concorrente às aplicações na órbita produtiva, é necessário que as taxas de lucro do mercado financeiro se aproximem das taxas de lucro reais, mas essa operação pode ter como resultado matar a “galinha dos ovos de ouro” [...] Em poucas palavras, um mecanismo circular que proporcionou o “descolamento” das órbitas financeira e real impede que a primeira sirva de fonte de acumulação para a segunda.”



“postos de trabalho”. E a frase, seria melhor ter “qualquer” trabalho do que nenhum, tornou-se a profissão de fé exigida de modo geral. (GRUPO KRISIS, 1999, pág. 13).

Essas são questões que expõem profundamente a inversão sujeito e objeto. O próprio conforto e boas condições são secundários para o trabalhador, pois o conforto é voltar para casa com a *meta*. Qualquer mudança no aplicativo, intervenção estatal ou aumento na carga de tributos pode significar sua realocação na superpopulação relativa, não a melhoria nas condições de trabalho. O que gera uma questão para nós geógrafos, especialmente os focados no planejamento: como podemos organizar um espaço urbano que apoie esses trabalhadores, se a dinâmica da sujeição ao trabalho é oposta a possibilidade disso? Como podemos planejar, se o discurso dos trabalhadores mostra a descrença no Estado, não só pela dita desinformação e pelos problemas ao nível ‘ideológico’ da sociedade contemporânea, mas também por um Estado sempre comprometido com a reprodução do capital, que falhou e ainda falha com o trabalhador?

Retomando a responsabilidade individual do tal ‘empreendedor de si mesmo’, outra questão que também expõe um desafio aos planejadores, é a relação com tempo. Quando perguntado sobre a maior dificuldade diária, a grande maioria responde como maior problema: *o trânsito*. Por si, as respostas demonstram um desafio da relação urbana com o tempo e a imperação da abstração. Desde os trabalhadores atrasados para o trabalho à dinâmica de vida urbana que deve ser acelerada ao tempo das máquinas, no mesmo ritmo do desenvolvimento das forças produtivas, o tráfego urbano é um expositivo da irracionalidade determinada pela acumulação. No entanto, os entregadores em consenso dizem que o tempo estabelecido para as entregas é confortável e que “na maioria das vezes sobra tempo”. Para muitos, o problema é que quando o aplicativo chama e eles precisam esperar o pedido, nesse momento eles estão perdendo tempo e, conseqüentemente, dinheiro. No mesmo caminho, quanto mais rápido estiverem disponíveis, mais rápido o aplicativo pode tocar uma nova possibilidade de rendimento. Então se algum entregador estava correndo, ultrapassando semáforos fechados ou se acidentando por perder o foco em algum momento, era responsabilidade individual de “alguém que está precisando correr” para **bater** a preciosa meta.

A consciência aguda do risco de acidente, mesmo sem maiores envolvimento emocionais, obrigaria o trabalhador a tomar tantas precauções individuais que ele se tornaria ineficaz do ponto de vista da produtividade [...] As atitudes de negação e de desprezo pelo perigo são uma simples inversão da afirmação relativa ao risco. Mas esta atitude não é suficiente. Conjurar o risco exige sacrifícios e provas das mais absolutas. É por isto que os trabalhadores às vezes acrescentam ao risco do trabalho o risco das performances pessoais e de verdadeiros concursos de habilidade e de bravura. (DEJOURS, 1992 Apud MENEGAT, 2019, p. 91)



O agravante é que a performance do sujeito se confunde com a sua própria existência, sua possibilidade de pagar a moto, o aluguel ou a compra do mês. Seja trabalhar menos horas, andar de forma mais segura no trânsito, ou pagar algum tipo de seguro (da moto, INSS, MEI), pode significar se abster de alguma das exigências da existência nesse modo de sociabilidade. Dessa forma, como podemos planejar um urbano mais seguro e confortável, se a falta de segurança e conforto é determinada pelas categorias do valor (ou seja, o tempo necessário para produção como imperativo da vida) e não por questões organizacionais?

Essa posição de uma sujeição pautada no sacrifício pelo ‘lanche rápido e ainda quente’, não evidencia apenas um problema distributivo das benesses do valor, mas também nos concerne a refletir sobre a coerção expressa na figura do entregador durante a pandemia: um herói que se sacrifica pelo “giro dos ponteiros do relógio no pulso de um morto” (MENEGAT, 2019). De acordo com Menegat (2019, p. 47), a origem da palavra trabalho não esconde sua identidade: “um ato sacrificial numa forma sublimada de renúncia autoconsentida”, ou seja, uma forma de coerção que é legitimada pelo suposto valor que ela agrega a sociedade e aos indivíduos que se beneficiam do trabalho. O assalariamento assegura com todas as forças a legitimação, pois não só o trabalhador exerce um retorno a sociedade, mas também a si próprio e a sua família quando garante a sua reprodução social ao entregar o lanche quente e manter seu ‘Score’ intocado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considera-se aqui, que o artigo apresentado buscou ampliar a gama de discussões para um tema em ascensão. Segundo o IBGE (GOMES; PETERS, 2025), em 2024 o Brasil tinha 1,7 milhões de trabalhadores intermediados por plataformas digitais, sendo um aumento de 25,4% desde 2022. Nesse sentido, o debate acerca da gerência desse modelo no Brasil e no mundo, ganham força devido ao impacto na geração de renda e na condição dos trabalhadores. No entanto, em meio às discussões jurídicas, acreditamos ser imprescindível fazer uma discussão teórico-empírica sobre as condições categóricas das determinações que reificam o sujeito à máquina do trabalho.

O fenômeno do trabalho plataformizado não se trata apenas de um problema gerencial, mas sim de um problema categorial de manifestação de crise da sociabilidade capitalista. Tanto quanto a dita financeirização, as condições do trabalho vivo expulso do processo produtivo e comprimido no trabalho plataformizado, são desdobramentos da irracionalidade cega do capital, que tem o poder de corroer a coesão social pelo fim em si mesmo da valorização do



dinheiro. Ao nosso entender, a compreensão teórica de que o trabalho é ‘condição de existência’, ‘mediação da sociedade e natureza’, ou ‘essência do ser’, naturaliza a concepção do desenvolvimento como mecanismo de emancipação da sociedade, mesmo que a subordinação obedeça justamente a esses termos.

Portanto, o reconhecimento empírico deste trabalho é composto por pelo menos dois momentos: o primeiro de reconhecimento das estratégias e operacionalização de um capital individual e as condições de trabalho consequentes deste; e o segundo do reconhecimento da imposição das determinações como manifestação de crise pelo segmento (considerando que é um setor oligopolizado). Nesse sentido, a particularidade é uma forma de reconhecimento. As condições de trabalho podem expor qual a estratégia de territorialização de um capital individual, destacando o ordinário deste setor ficcional intermediado por tecnologias de informação, dessarte o controle do setor por capitais especulativos, como “Traders multinacionais”. A elaboração metodológica deste trabalho, desse modo, se consolida pela captura da sujeição como uma forma de articulação orientado pelas condições particulares de método.

Embora boa parte dos entregadores busquem se distanciar da esquerda institucional e, principalmente, de Marx, o tal ‘criador do fantasma do comunismo’, se perguntarmos para eles se concordam que o trabalho é a “condição de existência do homem”, muitos vão falar que sim. Isso se deve justamente ao enraizamento da coerção pelo lema sacrificial, esse entregador está subjetivamente se arriscando pelo ‘lanche quente’ e objetivamente para garantir sua autorreprodução. A contradição está em que o trabalho que agregava valor ao concreto está em pauta por cada vez menos se realizar na materialidade e, portanto, aprofundar suas necessidades de destruição.

Não à toa os ciclos fenomênicos de crise se confrontam e coincidem com os ciclos de exercícios de guerra, de encarceramento em massa, destruição criativa, descartabilidade humana. Devemos discutir se nos encontramos em um momento de compressão tão grande da superpopulação relativa que já se ergue a necessidade de discutir uma superpopulação absoluta, não só por não ser possível distribuir o acúmulo de valor por conta do montante de trabalho futuro já negociado e até mesmo autonomizado do próprio processo de produção, mas, propriamente, também pela destruição da possibilidade de uma sociabilidade minimamente harmônica com a natureza.



REFERÊNCIAS

- ALFREDO, A. Geografia e Simultaneidade: A contradição centro-periférica e a crítica na periferia do capitalismo. In: **Um Geografia na periferia do capitalismo**. Ana Fani Alessandrini Carlos e Rita de Cassia Ariza da Cruz (org.) – São Paulo: Annablume; p. 19 – 35, 2025.
- ANTUNES, R. FILGUEIRAS, V. Plataformas digitais, Uberização do trabalho e regulação no Capitalismo contemporâneo. **Contracampo** - Niterói. V. 39. N. 1; p. 27-43, 2020.
- ANTUNES, R. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. 1ª ed. - São Paulo: Boitempo; p. 328, 2018.
- BONCHRISTIANI, F. **Uberização do trabalho**: um estudo sobre a origem, implicações e debate. Será está a saída para a crise? São Paulo: Trabalho de Graduação individual – Universidade de São Paulo; p.66, 2021.
- CARLOS, A. F. **Espaço-Tempo da Vida Cotidiana na Metrópole**. 2ª ed. Revisada - São Paulo: Labur Edições; p. 317, 2017.
- FERREIRA, D. RODRIGUES, N. VALE, M. O papel da economia de plataforma na criação de desigualdades digitais no ciberespaço: O caso do setor da restauração na cidade de Lisboa. In: **Plataformas digitais e novas desigualdades socioespaciais**. Fábio Tozi (org.) - São Paulo: Editora Max Limonad; p. 339 - 351, 2023.
- GIAVIROTTI, D. **Eles não usam macacão**: Crise do trabalho e reprodução do colapso da modernização a partir da periferia da metrópole de São Paulo. São Paulo: Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo; p. 230, 2017.
- GOMES, I; PETERS, J. Número de trabalhadores por aplicativos cresceu 25,4% entre 2022 e 2024. **Agência IBGE notícias** – PNAD contínua: IBGE, 2025.
Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/44806-numero-de-trabalhadores-por-aplicativos-cresceu-25-4-entre-2022-e-2024>.
- GRUPO KRISIS. **Manifesto contra o trabalho**. Tradução de Heinz Dieter Heidemann e Cláudio Duarte. São Paulo: Cadernos do LABUR; p; 844 – 856, 1999.
- HARVEY, D. **17 contradições e o fim do capitalismo**. 1ª edição - Boitempo, 2016.
- HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. 1ª edição - São Paulo: Annablume; p. 251, 2005.
- HARVEY, D. **O enigma do capital: e as crises do capitalismo**. 1ª edição - Boitempo, 2011.
- HEIDEMANN, H. TOLEDO, C. BOECHAT, C. O trabalho no Brasil: traçado interpretativo de sua história de formação e de sua crítica. **Estudos avançados** – São Paulo (USP). 28ª edição, nº 81; p. 55-67, 2014.
- KURZ, R. Cinzenta é a árvore dourada da vida e verde é a teoria: problema da práxis como evergreen de uma crítica truncada do capitalismo e a história das esquerdas. Berlin: **Exit! Crise**



e **Crítica da Sociedade das Mercadorias** – Editora Horlemann Verlag, 2007. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/kurz/2007/mes/arvore.htm>.

KURZ, R. **O colapso da modernização**: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial. 2ª edição - Paz e Terra, 1993.

KURZ, R. O manifesto invisível. **Folha de São Paulo**, 1998. Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs01029803.htm> >

LEFEBVRE, H. **A revolução Urbana**. Belo Horizonte: Ed. UFMG; p. 176, 1999.

LEFEBVRE, H. **A produção do espaço**. Tradução: Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (La production de l'espace. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000) – 1º versão; p. 476, 2006. Disponível em: https://gpect.wordpress.com/wp-content/uploads/2014/06/henri_lefebvre-a-produc3a7c3a3o-do-espac3a7o.pdf

LACOSTE, Y. **A Geografia** – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra. Campinas: Papirus, 1988.

LAKATOS, E. M. MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5a edição - São Paulo: Editora Atlas, 2003.

MANDEL, E. **O Capitalismo Tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARX, K; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2019.

MARX, K. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, K. **O capital**: crítica da Economia Política. Livro I: O processo de produção do capital - São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K. **O capital**: crítica da Economia Política. Livro III: o processo global de produção capitalista - São Paulo: Boitempo, 2017.

MENEGAT, M. **A crítica do capitalismo em tempos de catástrofe**: o giro dos ponteiros do relógio no pulso de um morto e outros ensaios. Rio de Janeiro: Consequência, 2019.

MOROZOV, E. BRIA, F. **A cidade inteligente** – Tecnologias urbanas e democracia. Traduzido por Humberto do Amaral - São Paulo: Ubu Editora; p. 187, 2019.

OLIVEIRA, F. **Crítica à razão dualista**: o ornitorrinco. - 1. ed., 3. reimpr. - São Paulo: Boitempo, 2011.

PESSANHA, R. M. Inovação, financeirização e startups como instrumentos e etapas do capitalismo de plataformas. In: **Geografia da inovação**: territórios, redes e finanças. Maria Terezinha Gomes, Regina Tunes e Floriano de Oliveira (org.) - Rio de Janeiro: Consequências Editora; p. 433 - 468, 2020.

PRATES, J. O método marxiano de investigação e o enfoque misto na pesquisa social: uma relação necessária. **Textos & Contextos** - Porto Alegre. V. 11, n. 1; p. 116 – 128, 2012.



ENANPEGE

XVI Encontro Nacional de Pós-Graduação e
Pesquisa em Geografia

ROCHA, A; SOARES, C; LIRA, G; CAVALCANTI, J; ALVES, L; SANTOS, M; SILVA, M; PORTELA, P; BARBOSA, T. Grupo de estudo do capital – desvendando o fetiche para combater os moinhos de ventos. Uberlândia: **Revista Observatorium** – v. 15; p. 177-195, 2024. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/Observatorium/article/view/74159/38949>

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Editora Atlas, 1987.

WIRTZ, B. W. **Digital business models**: Concepts, Models, and the Alphabet Case Study. Cham: Springer Nature, 2019.